

PLANO REAL: 30 anos de um novo tempo

"Aqueles que viveram - como eu - as realidades de antes e de depois do Plano Real devem concordar que passamos a viver num novo tempo, no qual, apesar dos problemas, dos desafios e das dificuldades que surgem recorrentemente, estamos longe da loucura que caracterizava aqueles anos loucos com inflação anual de três ou quatro dígitos e suas nefastas consequências".



O autor
LUIZ ALBERTO MACHADO

Economista, mestre em Criatividade e Inovação, consultor da Fundação Espaço Democrático, ex-presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo e conselheiro da Fundação Educacional Inaciana - FEI e do Instituto Liberal.

E-mail: lasam.machado@gmail.com

JUNHO.2024
PLANO REAL: 30 ANOS



Documentos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

"E o Plano Real, lançado no final de fevereiro de 1994, conseguiu o milagre:
depois de três décadas de inflação crônica, e uma década de hiperinflação, os preços
da economia foram estabilizados. Dessa vez, não apenas como um golpe temporário. A
diferença se fez com o esforço subsequente para impedir gastos do governo sem receitas
prévias, inclusive com cortes no aparato estatal e abertura da economia.

Os métodos arbitrários e os poderes excepcionais do governo federal
começaram a ser domados".

Jorge Caldeira

(História da Riqueza no Brasil, p. 591)

Considerações iniciais

Apesar da existência de uma série de medidas na área fiscal destinadas a ajustar as contas públicas adotadas desde o início de 1993, tidas como um pré-requisito essencial para a implantação de um plano de estabilização, o dia 27 de fevereiro é considerado por muitos analistas como a data em que o Plano Real teve realmente início. Afinal, foi nessa data que foi instituída a Medida Provisória nº 434, posteriormente transformada na Lei nº 8.880, que criou a Unidade Real de Valor (URV), a parte escritural da atual moeda corrente no Brasil, cujo curso obrigatório se inicia em 1º de março de 1994. A URV foi um índice que procurou refletir a variação do poder aquisitivo da moeda atuando apenas como unidade de conta e referência de valores. Sendo assim, a URV não servia nem como instrumento de troca, nem como instrumento de reserva de valor, as duas outras funções clássicas da moeda. A URV teve curso juntamente com o cruzeiro real (CR\$) até o dia 1º de julho de 1994, quando foi lançada a nova base monetária nacional, o real (R\$).

Este texto, elaborado por ocasião do trigésimo aniversário do Plano Real, começa com um breve histórico do bom desempenho da economia brasileira do início do período republicano, em fins do século XIX, até o final da década de 1970. Prossegue fazendo uma descrição da década de 1980, conhecida como década perdida, que marca o início de um difícil período caracterizado pela perversa combinação de estagnação prolongada, inflação crônica e crise das dívidas. Na sequência, percorre os principais aspectos da concepção e implantação do Plano Real. Na parte final, discorre sobre a trajetória da economia brasileira nos anos que se seguiram ao Plano Real, com destaque para o tripé macroeconômico, composto pelo regime de metas de inflação, câmbio flutuante e equilíbrio fiscal, apontado como principal responsável pela manutenção da nossa estabilidade econômica.

1. Breve histórico da economia brasileira (1900-1979)

Como o crescimento econômico do Brasil tem sido medíocre nas quatro últimas décadas, parcela considerável de nossa população, em especial a camada mais jovem, não tem conhecimento dos bons momentos vividos pela nossa economia entre o final do século XIX e o final da década de 1970.

O embaixador Rubens Ricupero, um dos mais lúcidos analistas de nossa história, refere-se, no livro *O Brasil e o dilema da globalização*, às conclusões de Angus Maddison, tido como o maior especialista na análise de ciclos longos de desenvolvimento, que enfatiza o extraordinário desempenho da economia brasileira no período (2001, p. 107).

Um dos maiores especialistas em medição histórica do desenvolvimento econômico, Angus Maddison, publicou, em 1987, o estudo World Economic Performance since 1870, no qual comparava dez das mais representativas economias do mundo, as cinco principais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), isto é, do grupo das industrializadas (EUA, Alemanha, Japão, França e Reino Unido) e as cinco maiores de fora da OCDE (URSS, China, Índia, Brasil e México). O período de medição era bastante dilatado para descontar variações conjunturais, episódicas ou temporárias, pois abarcava mais de um século, os 116 anos que se estendiam de 1870 (fim da Guerra do Paraguai) até 1986. A conclusão foi que o melhor desempenho tinha sido o brasileiro, com a média anual de 4,4% de crescimento. Em termos per capita, o Japão ostentava o resultado mais alto, com 2,7%, mas o Brasil, não obstante a explosão demográfica daquela fase, vinha logo em segundo lugar, com 2,1% de expansão por ano. É bem provável que os resultados tivessem sido muito diferentes se fossem incluídos os anos pós-1987, que coincidem com a forte desaceleração brasileira e o espetacular crescimento da China.

Além do estudo de Angus Maddison, há outros que corroboram o bom desempenho da economia brasileira ao longo de boa parte do século XX, como aponta o embaixador Ricupero (2001, pp. 107-108):

O estudo de Maddison é seguramente o mais impressionante de todos, por comparar as grandes economias, portanto entidades pertencentes mais ou menos à mesma ordem de grandeza, e por cobrir duração de tempo tão extensa. Ignácio Rangel observou, por exemplo, que, entre 1938 e 1980, a produção industrial aumentou no Brasil 26 vezes. contra catorze no lapão. Em fins dos anos 1980, em trabalho sobre os cenários possíveis da economia brasileira para a década seguinte, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recordava que, desde 1945, o Brasil tinha vivido dois ciclos de expansão acelerada, de cerca de catorze anos de duração cada, o primeiro de 1948 a 1961, com taxa média de crescimento de 7.1% ao ano, e o segundo, ainda mais rápido, de 1967 a 1980, com a média de 8,3% anuais.

Ao longo dessa auspiciosa trajetória de crescimento econômico, houve momentos em que a inflação transformou-se num problema grave, atingindo níveis preocupantes. Quatro desses momentos ocorreram nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970.

O primeiro grande ciclo inflacionário teve lugar na década de 1940, cuja primeira metade foi marcada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os preços cresceram em 215,6% no período compreendido entre os anos de 1940 e 1949, o que dá. em média, 12,2% ao ano. No entanto, de acordo com Dercio Garcia Munhoz, após 1945 o governo manteve congelados os preços das moedas estrangeiras, o que manteve a inflacão em índices moderados.

O segundo ciclo ocorreu na década de 1950, um período caracterizado por transformações estruturais da economia brasileira, quando a inflação alcançou acumulado próximo de 460%, mais que dobrando os índices da década anterior. Na década, as taxas anuais oscilaram entre 12% e 40%.

O terceiro momento preocupante aconteceu no início da década de 1960 contribuindo para o agravamento da crise política que culminou com a tomada de poder pelos militares em 31 de março de 1964. A taxa de inflação passou de 30% em 1960 para mais de 90% em 1964, com projeções de aceleração ainda maior nos anos seguintes. Com as políticas de controles de

preços, cortes do orçamento do governo e redução dos salários adotadas pelos governos militares, verificou-se um recuo para 35/40% em 1965-66, cerca de 25% em 1967-68 e por volta de 19% anuais no fim da década.

Os problemas relacionados com a inflação se estenderam à década de 1970, período marcado por uma conjunção de fatores de ordem interna com outros de ordem externa. No plano interno, a década começou em plena euforia dos anos finais do milagre econômico, impulsionado por políticas econômicas e de desenvolvimento que redundaram na ampliação da dívida pública, além de o setor produtivo ter experimentado um aumento na oferta sem demanda correspondente. No plano externo, as crises no setor petrolífero de 1973 e 1979 tiveram forte impacto na elevação dos preços¹. Assim, durante os anos 1970, a inflação brasileira variou entre 20% e 80% aproximadamente, com média anual de 34,6%.

2. A década perdida de 1980 e o fim do crescimento acelerado

O Brasil, assim como quase toda a América Latina, passou por um período complicado que se tornou conhecido como "década perdida". Nesse período, refletido na tabela 1, apenas três países da região tiveram desempenho positivo: República Dominicana, Chile e Colômbia.

Tabela 1 - Década perdida²

1981 - 1989						
Crescimento do PIB por Habitante						
América Latina*	(8,3)	Chile 9,6	9,6			
Bolívia	(26,6)	Haiti	(18,6)			
Equador	(1,1)	Honduras	(12,0)			
México	(9,2)	Nicarágua	(33,1)			
Peru	(24,7)	Panamá	(17,2)			
Venezuela	(24,9)	Paraguai	0,0			
Argentina	(23,5)	Rep. Dominicana	2,0			
Brasil	(0,4)	Uruguai	(7,2)			
Colômbia	13,9	Guatemala	(18,2)			
Costa Rica	(6,1)	El Salvador	(17,4)			
Costa Nica (0,1) E1 Salvador (17,4)						

Fonte: WEFFORT, Francisco. Qual Democracia? (p. 67)

Na maioria desses países prevaleceu durante a década de 1980 a perversa combinação: estagnação prolongada, inflação elevada e pressão das dívidas (ora interna, ora externa). Em quase todos, além das dificuldades econômicas verificava-se, até determinada parte da década, a existência de regimes políticos autoritários³.

Muitos dos candidatos à presidência desses países - eleitos na segunda metade da década de 1980 - haviam, em suas respectivas campanhas, se comprometido a promover a estabilidade monetária como pré-condição para a retomada do crescimento econômico.

A tabela 2, reproduzida do livro *História do Plano Real*, de Luiz Filgueiras (2000, p. 75), reflete bem as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira durante a década de 1980, compreendendo os governos de João Batista Figueiredo e José Sarney, com taxas de inflação quase sempre na casa dos três dígitos, crescimento oscilante e reduçao das taxas de investimento principalmente entre 1981 e 1985.

Tabela 2 - Inflação, PIB e taxa de investimento de 1980 a 1989

Ano	Inflação	Taxa de Crescimento do PIB (em %)	Investimento Interno Bruto	Governo
1980	100,2	9,3	22,9	
1981	109,9	-4,3	24,3	
1982	95,4	0,8	23,0	Figueiredo
1983	154,5	-2,9	19,9	
1984	220,6	5,4	18,9	
1985	225,5	7,8	18,0	
1986	142,3	7,5	20,0	
1987	224,8	3,5	23,2	Sarney
1988	684,5	-0,1	24,3	
1989	1320,0	3,2	26,9	

Fonte: Conjuntura Econômica - FGV (abril/1999)

¹ A primeira crise do petróleo ocorreu em 1973, quando vários países exigiram a fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para controlar o preço dos barris de petróleo. Nesta oportunidade o preço do barril que era em média de US\$ 3,00 subiu para US\$ 12,00. A segunda ocorreu em 1979, quando se deu o conflito árabe-israelense. Na ocasião, o preço do barril que havia oscilado entre US\$ 12,00 e US\$ 17,00 desde 1974, subiu para US\$ 35,00. Há quem defenda também a existência de uma 'terceira crise do petróleo', ocorrida em 1991, quando teve início a guerra da Palestina.

²O índice geral, elaborado pela CEPAL, inclui todos os países latino-americanos, não apenas os aqui listados. Não considera os dados de Cuba porque o conceito de produto social é diferente dos demais.

³ Vale a pena, em respeito à verdade, registrar que, sob a ótica política, a expressão década perdida é inapropriada, uma vez que dos países que entraram na década de 1980 com governos autoritários, só o Peru tinha ainda um governo autoritário ao final da década.

Enquanto em diversos países da região observaram-se avancos consideráveis no combate à inflação e busca da estabilidade econômica, a segunda metade da década de 1980 ficou marcada no Brasil por uma sucessão de planos de estabilização - conhecidos como pacotes econômicos - que não apenas não conseguiram seu objetivo, como serviram para agravar a desordem na nossa iá conturbada economia.

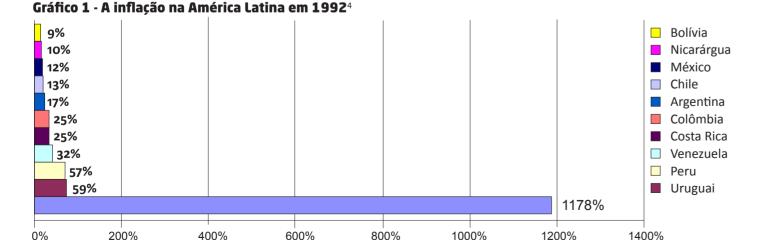
Sem dúvida, os efeitos da malfadada sucessão de pacotes econômicos ocorridos entre 1986 e 1991 extrapolaram a seara econômica, uma vez que deixaram profundas sequelas em outras searas da realidade brasileira, como foi assinalado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro num texto publicado em 1993: "Os 'pacotes' econômicos [heterodoxos] têm atentado contra os direitos essenciais à liberdade e à propriedade dos cidadãos, contrariando atos jurídicos perfeitos entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado".

Iniciado com o Plano Cruzado (fevereiro de 1986), o período caracterizado pela sucessão de planos heterodoxos de combate à inflação teve sequência com o Plano Cruzado II (novembro de 1986), o Plano Bresser (junho de 1987), o Plano Verão (janeiro de 1989), o Plano Collor I (marco de 1990) e o Plano Collor II (janeiro de 1991). Embora possam ser apontadas algumas diferenças na formulação e execução de cada um, caracterizando-os como mais ou menos heterodoxos, houve um fator comum a todos eles: a tentativa de derrubar a inflação por meio do uso de artificialismos como congelamento de salários e de precos, imposição de tablitas ou desindexadores, adotados mediante decretos-lei ou medidas provisórias.

Os resultados foram decepcionantes, como se observa no trecho a seguir, extraído da publicação Notas: avaliação de projetos de lei, editada pelo Instituto Liberal do Rio de Ianeiro:

O absoluto insucesso das tentativas de controle da inflação se fez acompanhar de um grande aumento de sua variabilidade. Nos anos anteriores (1981 a 1985), a inflação aumentara sim, mas de forma menos irregular, ao passo que, subsequentemente, os sucessivos "pacotes" tornaram dificílima a previsão do comportamento dos preços, mesmo em pequenos intervalos de tempo. Como reação a essa imprevisibilidade, o País passou a viver na base do curto-prazo, sem investir produtivamente, sempre na expectativa dos próximos choques, decretosleis, medidas provisórias, atos normativos etc.

Efetivamente, no início da década de 1990, muitos dos países que passaram pela década perdida de 1980 combinando pífio desempenho econômico com elevada inflação, agora governados por políticos eleitos democraticamente, tinham atingido o objetivo a que haviam se proposto, de reduzir a inflação. A única exceção era o Brasil, onde a inflação anual continuava na casa dos quatro dígitos, como se vê no gráfico 1.



⁴ A fonte dos gráficos 1 e 2 é a FGV.

Em 3.000 dias no bunker, Guilherme Fiuza faz uma observação relevante (2023, p. 41): No ano de 1992, no mundo inteiro, a inflação ultrapassara 1.000% em quatro países: Zaire, Rússia, Ucrânia e Brasil. Os três primeiros apresentavam causas estruturais graves para o sintoma. Só o Brasil

tinha febre alta sem uma grave infecção visível. A inflação parecia sobreviver do grande empate político: panos quentes à esquerda, tranquilizantes à direita, um pouco mais de anestesia e bola para frente.

Em 1993, o ano que antecede a adocão do Plano Real, a situação foi ainda pior, com a inflação atingindo 2.567%, enquanto a média dos países da América Latina foi de 22% (gráfico 2).

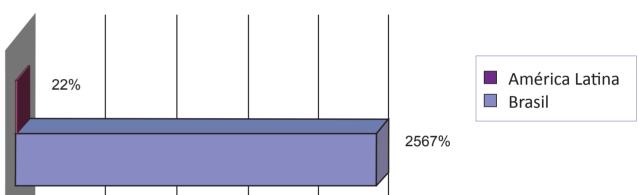


Gráfico 2 - A inflação na América Latina em 1993

Num artigo de 1992 do Prof. Eduardo Giannetti da Fonseca, há um parágrafo que retrata bem o que era viver num país com taxas de inflação como essas:

A convivência com a inflação é uma escola de oportunismo, imediatismo e corrupção. A ausência de moeda estável encurta os horizontes do processo decisório, torna os ganhos e perdas aleatórios, acirra os conflitos pseudodistributivos, premia o aproveitador, desestimula a atividade produtiva, promove o individualismo selvagem, inviabiliza o cálculo econômico racional e torna os orcamentos do setor público peças de ficção contábil.

Além dos aspectos apontados por Eduardo Giannetti da Fonseca, outra característica desta época no Brasil era a existência de uma inflação de índices de inflação. Várias instituições, entre as quais a Fundação Getulio Vargas (FGV), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divulgavam regularmente seus índices de inflação. Como eram calculados com metodologias distintas, não raras vezes as diferenças entre eles eram significativas. O fato de o governo ter substituído mais de uma vez o índice oficial, quando o mesmo registrava um número desfavorável, contribuía para o descrédito não apenas desses índices, mas também do próprio governo.

Em 1995, palestrando num congresso internacional de criatividade na África do Sul, ousei afirmar que, a exemplo dos sul-africanos, os brasileiros também haviam passado por um prolongado apartheid⁵. Diante da surpresa de alguns participantes, exibi o quadro que se segue.

⁵ Apartheid foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan — então primeiro-ministro —, e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional.

Quadro 1 - Inflação acumulada de janeiro de 1980 a junho de 1995

QUANTO CUSTARIAM ALGUMAS MERCADORIAS SE O GOVERNO NÃO TIVESSE CORTADO 9 ZEROS DA MOEDA E DIVIDIDO TUDO POR CR\$ 2.750,00, QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO REAL

PREÇOS EM CRUZEIROS ATUALIZADOS PELA INFLAÇÃO ACUMULADA DE JANEIRO/1980 A JUNHO/1995

	1980 em Cr\$	1995 em R\$	Quanto seria hoje em CR\$		
Ônibus	9,00	0,65	726.427.806.551,85		
Cafezinho	15,00	0,50	1.210.713.010.919,75		
Leite C (1)	16,73	0,63	1.350.348.578.179,16		
Fogão	7.290,00	242,00	588.406.523.306.998,00		
Geladeira	9.990,00	460,00	806.334.865.272.553,00		
Televisão	35.390,00	395,00	2.856.475.563.763.330,00		

A inflação acumulada nesse período foi de 8.071.420.072.698%, chamada por José Serra de superinflação.

Um dos sul-africanos presentes à palestra, que havia estranhado a comparação com o *apartheid*, procurou-me ao fim da minha apresentação dizendo: "Acho que o *apartheid* de vocês foi pior do que o nosso". Obviamente, ele era branco.

3. Real: um plano implementado em etapas

3.1. A etapa de aquecimento

Ao suceder Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda quando este deixou o cargo para se candidatar à Presidência da República, o embaixador Rubens Ricupero fez interessantes considerações a respeito da escolha de FHC pelo presidente Itamar Franco, primeiro para ministro das Relações Exteriores, depois da Fazenda. Em sua monumental obra *A diplomacia na construção do Brasil*, Ricupero destaca a maneira como um sociólogo de grande prestígio acadêmico torna-se um dos mais importantes políticos do Brasil (2017, p. 613):

Fernando Henrique Cardoso é uma *avis rara*, talvez *avis única*, ao menos na história do Brasil. Mesmo em países de nível educacional mais alto não é fácil encontrar exemplo de um intelectual puro que

tenha tido tanto sucesso na vida política abraçada tardiamente. Não se trata de um diletante na academia nem na política. Professor universitário em tempo integral, seu lugar nas ciências humanas e sociais deve-se a uma obra sociológica sólida reconhecida no Brasil, na América Latina e no mundo. Na França, teria reproduzido o caminho de seu amigo Alain Touraine e, como muitos dos seus pares, teria continuado a ensinar na universidade, seria eleito membro de um dos institutos e academias de elite, de vez em quando assinaria manifestos, participaria de passeatas de protesto e a isso se teria limitado sua atividade política.

Obrigado a se exilar e a seguir aposentado compulsoriamente da universidade e processado na Justiça Militar, Fernando Henrique Cardoso, em seu retorno ao Brasil, acabou entrando na militância justamente no momento em que o regime militar entrava em seu ocaso.

Tais circunstâncias não passaram despercebidas por Ricupero (2017, p. 613):

Em razão do perverso sistema eleitoral brasileiro, é altamente improvável que [FHC] tivesse chegado ao Senado (e, na primeira vez, somente o fez como suplente de Franco Montoro), não fossem as condições excepcionais que acompanharam a desagregação do regime militar em São Paulo: a greve dos metalúrgicos, a fundação do PT, a ascensão do PMDB, a campanha das diretas. [...] Na atmosfera de ebulição social da época, em vez da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, origem de muitos políticos no Império e na República, inclusive Ulysses Guimarães e até Michel Temer, foi no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo que saíram dois dos políticos novos: Fernando Henrique e seu antigo professor e amigo Florestan Fernandes, este pelo PT. Dos dois, Fernando Henrique é quem estava destinado à reencarnação como político para o resto da vida. Os políticos profissionais, gente como Orestes Quércia, não lhe facilitaram o acesso aos postos decisórios do PMDB ou à candidatura ao governo estadual de São Paulo, após a derrota na disputa da prefeitura da capital do Estado. Sobressaiu no Senado pelo

talento e a cultura, desempenhou papel de certa visibilidade na Constituinte. Marcou passo nos anos posteriores, até que o destino lhe proporcionou a oportunidade de ingressar como ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco, trampolim de onde mergulhou no coração da crise: a economia ameaçada pela hiperinflação.

Depois de se recusar inicialmente a aceitar a transferência para o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique acabou sendo convencido pelo presidente Itamar Franco. Uma vez aceito o desafio, ele soube aproveitar o respaldo que lhe foi dado pelo presidente e compreender o contexto socioeconômico do País para, a partir de então, liderar a mais importante mudança de nossa história recente: a idealização e implementação do Plano Real. Ainda de acordo com Ricupero (2017, p. 614):

Acertou em cheio na escolha da equipe, na condução democrática do debate interno entre os assessores. com o presidente e o Congresso, o que possibilitou gerar um consenso quase perfeito sobre o maior e mais premente desafio daquela hora: a explosão inflacionária e a maneira de enfrentá-la. "Quase perfeito", porque a maioria da esquerda organizada, o PT e seus aliados, teimou em não perceber o valor da estabilidade para a sociedade brasileira em geral, sobretudo para os dependentes de salários baixos sem meios de defesa contra a corrosão trazida pelo aumento de preco. A forca irresistível da aspiração pela estabilidade o propulsou ao triunfo esmagador no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994, com o dobro dos votos do maior líder popular do País. Essa mesma forca voltaria a dar-lhe a vitória, com resultado equivalente, quatro anos depois, contra o mesmo adversário, apesar das dificuldades do final do primeiro governo.

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling em *Brasil:* uma biografia, também ressaltam a estabilidade decorrente do Plano Real como fator fundamental para que Fernando Henrique Cardoso chegasse à Presidência da República (2015, pp. 496-497):

Depois de trocar o ministro da Fazenda por três vezes⁶, o presidente [Itamar Franco] convidou Fernando Henrique Cardoso para o cargo e encomendou-lhe um novo plano econômico. A encomenda provocava frio na espinha do governo - entre 1980 e 1993, o Brasil teve quatro tipos de moeda, cinco congelamentos de preços, nove planos de estabilização econômica e onze índices diferentes para medir a inflação.

Dessa vez tudo aconteceu às claras: o Plano Real foi submetido a discussão pública, a sociedade entendeu seu funcionamento e o Congresso Nacional aprovou sua implementação. O embrião da nova moeda, o real, era a Unidade Real de Valor (URV), um indexador de inflação que ganhou a confiança da população. É bem verdade que a transição para o real não foi simples: as pessoas desconfiavam, muitos temiam algum tipo de congelamento ou que a moeda estivesse atrelada ao calendário eleitoral as eleições presidenciais iriam ocorrer em 1994. Mas o brasileiro queria acima de tudo uma moeda estável, que fosse forte, tivesse valor igual ao do dólar e lhe permitisse planeiar para o futuro. O real tinha tudo isso, não parecia mágica e era obra de uma parceria improvável: o sociólogo cosmopolita Fernando Henrique Cardoso e o engenheiro provinciano Itamar Franco. Fernando Henrique foi o candidato à Presidência da República nas eleicões de 1994, teve o apoio de Itamar e venceu Lula no primeiro turno. O real foi seu tíquete para a Presidência.

3.2. A etapa preparatória

A fase inicial de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, porém, não foi nada fácil, uma vez que a sucessiva troca de ministros durante o governo de Itamar Franco indicava um clima de enorme ansiedade para pôr fim à inflação. Essa ansiedade era percebida não apenas em parcela considerável da sociedade brasileira, mas também no próprio presidente da República que rapidamente demonstrava sua impaciência diante da falta de resultados no curto prazo.

⁶ Embora tenha ocupado a Presidência da República por apenas 27 meses, primeiro interinamente, de 2 de outubro de 1992 a 29 de dezembro de 1992, depois definitivamente, de 29 de dezembro de 1992 até 1º de janeiro de 1995, Itamar Franco teve seis ministros da Fazenda: Gustavo Krause (02.10.1992 a 16.12.1992), Paulo Haddad (16.12.1992 a 01.03.1993), Eliseu Resende (01.03.1993 a 19.05.1993), Fernando Henrique Cardoso (19.05.1993 a 30.03.1994), Rubens Ricupero (30.03.1994 a 06.09 de 1994) e Ciro Gomes (06.09.1994 a 31.12.1994).

Gustavo Franco, em *A moeda e a lei: uma história monetária brasileira*, enfatizou esse aspecto, lembrando que (2017, p. 544)

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, em 19 de maio de 1993, ele era o quarto a ocupar o cargo em sete confusos meses nos quais Itamar Franco "confirmaria com cores vivas sua reputação de político histriônico e mercurial". Com muita elegância, em suas memórias, Fernando Henrique registra que, "com uma pequena equipe diante de um desafio gigantesco, como um Exército de Brancaleone, ... começamos a trabalhar, sob um clima político desanimador".

André Lara Resende e Pérsio Arida são apontados por muitos analistas como os dois principais idealizadores do Plano Real. Eram remanescentes, juntamente com Edmar Bacha e Francisco Lopes, do grupo de assessores de Dilson Funaro responsável pela concepção do Plano Cruzado, o primeiro da série de planos heterodoxos, em fevereiro de 1986.

A esse respeito, destaca Fiuza (2023, p. 107):

Persio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha traziam as cicatrizes do Plano Cruzado. Tinham tido uma boa ideia, mas a negociação dela com o governo Sarney deixara a todos no meio do caminho. A tática do congelamento de preços, retocada, repuxada e esticada pelas conveniências políticas, terminara em desastre. Todos os navegantes ali sabiam bem que, no delicado xadrez da crise, basta uma marola de través para bagunçar todas as peças do tabuleiro.

No entanto, outros tiveram papel importante nos primeiros meses de Fernando Henrique no Ministério da Fazenda compondo a pequena equipe do Exército Brancaleone. Em *A arte da política: a história que vivi*, são mencionados Clóvis Carvalho (com a colaboração contínua do secretário do Tesouro, Murilo Portugal), Edmar Bacha, Winston Fritsch, Gustavo Franco e Eduardo lorge.

Os integrantes desse pequeno exército tinham a clara noção de que antes de adotar qualquer plano econômico era essencial garantir a credibilidade

do governo e, para tanto, seria preciso convencer a sociedade das quatro grandes frentes de batalha: a primeira era ajustar o máximo possível o Orcamento daquele ano (1993) e preparar um Orçamento equilibrado para 1994, buscando assim estabelecer a verdade orçamentária; a segunda objetivava pôr fim à inadimplência quase generalizada do setor público e envolvia diretamente os Estados, que acumulavam dívidas gigantescas com a União e não as vinham pagando regularmente; a terceira consistia em defender a necessidade de avançar com o processo de privatização de empresas estatais, não apenas para ajudar o esforço de ajuste fiscal, mas também para promover o investimento na expansão e melhoria dos servicos públicos; a quarta passava pela renegociação da dívida externa e ao retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional, com a suspensão da moratória.

O trecho que se segue do livro *A arte da política* evidencia a importância que a equipe atribuía ao sucesso no enfrentamento dessas batalhas (2006, p. 145).

Em seu conjunto, essas quatro frentes de batalha formavam o que entendíamos ser a etapa preparatória para um ataque frontal à inflação. Não havia como empreender a reforma monetária propriamente dita sem obter, como precondição, progressos significativos nessas frentes.

3.3. A etapa do alinhamento de preços

Já com a participação ativa de André Lara Resende e Pérsio Arida, teve início a fase do alinhamento voluntário de preços e de preparação do terreno para a derrubada da inflação sem congelamento de preços e desrespeito a contratos. Após muita discussão técnica e cuidado jurídico, decidiu-se pela utilização da Unidade Real de Valor (URV), que seria um substituto do dólar como ponto de referência. Um fator que teve peso considerável nessa decisão foi que parte da população já estava acostumada a pagar impostos com o que se chamava de Unidade Fiscal de Referência (UFIR), que atualizava o valor dos impostos e de alguns contratos diante do desgaste da moeda.

O dispositivo-chave, que continha as principais inovações da reforma monetária, a começar pela criação da URV, o coração do programa, identifica a primeira das três datas importantes do Plano Real, de acordo com Gustavo Franco: "O Plano Real teve três datas importantes, sendo a primeira e principal a da MP 434, de 27 de fevereiro de 1994, a qual, depois de três reedições, se tornou a lei 8.880, de 27 de maio de 1994" (2017, p. 567).

Em seu artigo primeiro, a referida lei estipula que fica instituída a Unidade Real de Valor - URV, dotada de curso legal para servir exclusivamente como padrão de valor monetário. Em seus dois parágrafos, a lei estabelece que a URV, que no dia 1º de março de 1994 corresponde a CR\$ 647,50, juntamente com o cruzeiro real, integra o Sistema Monetário Nacional, continuando o cruzeiro real a ser utilizado como meio de pagamento dotado de poder liberatório.

Esta etapa se estenderá até a entrada em circulação da nova moeda, que ocorrerá no dia 1º de julho de 1994. O período de vida da URV foi curto e profícuo. Foi, além disso, a grande sacada da equipe responsável pela concepção do Plano Real: combater a inércia inflacionária que se alimentava da indexação dos preços por meio da radicalização da correção monetária ou uma aceleração da indexação. Nas palavras de Gustavo Franco, "uma vacina feita com o próprio veneno da inflação" (2017, p. 609).

No livro *Plano Real - e outros ensaios*, Gustavo Franco (1995, p. 49) afirmara que a grande inovação da URV, do ponto de vista operacional - e, nesse sentido, semelhante à proposta de moeda indexada -, foi a seguinte:

"ela tornou desnecessário o congelamento, a préfixação, ou qualquer outro mecanismo coercitivo de intervenção nas decisões soberanas dos agentes econômicos. Ela ofereceu uma fecunda terceira via entre e heterodoxia e a ortodoxia".

3.4. A etapa do lançamento da nova moeda

Para Gustavo Franco (2017, p. 567), "a segunda data importante do Plano Real foi a da MP 542, de

30 de junho de 1994, editada quatro meses depois da primeira, que complementava a reforma monetária com as primeiras emissões do real. Trazendo algumas inovações institucionais, ela se tornou a lei 9.069 em 29 de junho de 1995".

Em seu artigo primeiro, a lei 9.069 dispõe que a partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o real (art. 2 da lei 8.880/94), que terá curso legal em todo o território nacional. O parágrafo terceiro estabelece que a paridade entre o cruzeiro real, a partir de 1º de julho de 1994, será igual à paridade entre a Unidade Real de Valor - URV, e o cruzeiro real fixada pelo BCB para o dia 30 de junho de 1994.

Portanto, a partir de 1º de julho de 1994 o Brasil passou a dispor de uma única moeda de curso legal, o real, dotada de poder liberatório. Nesses termos, o cruzeiro real deixava de integrar o Sistema Monetário Nacional, mas suas cédulas poderiam permanecer em circulação pelo prazo de 30 dias até sua substituição. A paridade entre a nova e a velha moeda era dada pela última cotação da URV em cruzeiros reais, fixada para o dia 30 de junho de 1994 em CR\$ 2.750,00 para cada real, permanecendo fixa a partir daí, à semelhança de outras reformas monetárias ocorridas no passado.

Havia receio de que a transição monetária seria de difícil assimilação pela população, dada a aparente complexidade nela existente, o que acabou não ocorrendo em grande parte graças à atuação de Rubens Ricupero, que havia assumido o Ministério da Fazenda diante da saída de Fernando Henrique Cardoso que deixou o cargo para se candidatar à Presidência da República. Sua clareza para explicar o que estava acontecendo permitiu que qualquer pessoa compreendesse os detalhes do processo de transição para a nova moeda, aumentando a credibilidade no governo.

Para Maria Clara do Prado (2005, p. 242), Ricupero foi "o principal comunicador do Plano Real" e "elo mais importante entre o presidente Itamar Franco e a equipe".

Já para Gustavo Franco (2017, p. 610),

espaço 11
democrático

No terreno da construção da credibilidade do programa, seu papel foi crucial em um momento no qual Fernando Henrique Cardoso, já candidato, não podia atuar como ministro sob o risco da acusação de fazer uso da máquina pública. Ademais, o presidente Itamar Franco não era identificado com o plano e suas tecnicalidades, nem necessariamente simpático a todos os seus pressupostos. Nessa delicada circunstância, o ministro Ricupero foi essencial para evitar desatinos associados a questões como salários do funcionalismo, sobretudo dos militares, mensalidades escolares e controles de preços, uma obsessão do presidente. Muitos pratos estavam no ar naquele momento.

3.5. A etapa da consolidação

A terceira data importante do Plano Real, ao redor de um ano depois das primeiras emissões do real, veio com a MP 1.053/95, que tomava diversas providências de consolidação pertinentes ao tema da desindexação.

Como bem observado por Gustavo Franco (2017, p. 568):

Repita-se que a inflação acumulada nos primeiros doze meses do real foi de 33%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor do real (IPC-r); portanto não era ainda o momento totalmente seguro para uma desindexação radical, tanto que esta última MP só veio a se tornar a lei 10.192/01 em 14 de fevereiro de 2001, depois de 73 reedições. Esses três dispositivos e as inúmeras normas auxiliares e de regulamentação a eles associados configuram as providências de natureza monetária que definem o Plano Real.

A etapa de consolidação foi caracterizada também pelas providências referentes às políticas fiscal e cambial, que complementam as providências referentes à política monetária.

Apesar das críticas de que foi alvo, recomendo àqueles que não o assistiram, o filme *Real, o plano por trás da história*, que se propõe a relatar os dias que antecederam a implementação do Plano, as polêmicas que cercaram seu anúncio e os anos subsequentes, até o início de 1999, quando houve o ataque à nossa

moeda, que provocou a saída de Gustavo Franco da presidência do Banco Central.

Dirigido por Rodrigo Bittencourt, o filme tem por base o livro 3.000 dias no bunker, de Guilherme Fiuza, mas o diretor não se prendeu totalmente ao texto, permitindo-se incluir partes que, como em qualquer ficção, podem ter uma ligação tênue com a realidade, mas dão ao filme um tom bem mais agradável.

4. Trajetória resumida da economia brasileira pós Plano Real

4.1. Desempenho da economia brasileira durante o governo de FHC

Em 1997, por ocasião do terceiro aniversário do Plano Real, Roberto Luis Troster e Marcel Solimeo realizaram uma pesquisa junto a 20 economistas selecionados por sua bagagem acadêmica, experiência profissional e acompanhamento permanente da evolução da economia brasileira. O resultado dessa pesquisa foi publicado no livro *Plano Real - Pára ou Continua?* Em 1999, Troster e Solimeo realizaram nova pesquisa, desta vez com 24 diferentes economistas, cujo resultado redundou no livro *Plano Real - Acabou?*

Tanto no primeiro como no segundo livro, a maior parte dos economistas entrevistados reconheceu a importância do Plano Real, afirmando que enquanto plano de estabilização ele foi bem sucedido, conseguindo reduzir consideravelmente a inflação brasileira, por meio de uma arquitetura financeira muito bem conceituada, que foi capaz de eliminar a inércia inflacionária com a plena indexação da economia em dois momentos diferentes e consecutivos: com a URV e, posteriormente, com a nova moeda, o real.

Muitos dos entrevistados, entre os quais eu me incluo, consideraram que, como plano de estabilização, o Plano Real atingiu seu objetivo. Tais economistas discordam das críticas baseadas nas baixas taxas de crescimento da economia brasileira nos anos subsequentes a 1994, argumentando que isso é responsabilidade da política econômica inadequada e não do plano de estabilização. Acreditam, nesse sentido, que a estabilidade é pré-requisito para o crescimento econômico, mas este depende não

apenas de uma política econômica competente, mas também da maior ou menor capacidade de articulação do(s) governo(s) com o Congresso e da inserção inteligente da economia brasileira na economia mundial, o que, por sua vez, depende de boas relações com a comunidade financeira internacional.

De 1995 a 1998 a política econômica adotada pelo governo não foi uniforme. Como salienta com propriedade, Bruno Campos Visconti (2011, pp. 77-78), assistimos nesse período sucessivos esforços para a adoção de uma âncora de sustentação das baixas taxas de inflação conquistadas pelo Plano Real.

O esforço fiscal, anunciado como precondição para o Plano Real ser bem sucedido, não foi feito de maneira sustentável e duradoura. A tentativa de uma âncora fiscal que serviria de mecanismo coordenador de expectativas, se mostrou infundada. A precariedade do ajuste fiscal não comprometeu o sucesso do plano, que logrou reduzir a inflação a despeito da piora das contas públicas.

Também a âncora monetária, planejada para ser a principal âncora do real, não se sustentou. As metas foram sucessivamente ultrapassadas, uma vez que o processo de remonetização verificado se mostrou imensurável, fazendo com que a relação entre os agregados monetários e os preços se rompesse.

Coube então à âncora cambial dar sustentabilidade à estabilização recém-conquistada. Viu-se que algumas precondições para o sucesso de uma estratégia baseada em um regime cambial existiam no Brasil, como um nível considerável de reservas internacionais e um processo de abertura comercial e financeira em andamento. Todavia, o realismo cambial não esteve presente, minando a sustentação da âncora ao longo ao seu próprio período de vigência.

As palavras de Maria Clara do Prado, num livro publicado em 2005, mais de dez anos portanto após a implementação do Plano Real, atestam a validade da avaliação de Bruno Campos Visconti relativa á política fiscal: "O real revolucionou o cenário econômico do País e permitiu mais de uma década de estabilidade de preços. Algo extremamente valorizado após um período de hiperinflação. Mas não o fez sem consequências para o País: o preço foi alto e continua

a ser pago até hoje. A nova moeda resolveu a inflação mas não sua maior causa: o desequilíbrio fiscal."

Apesar das tentativas frustradas de ancoragem, o Plano Real conseguiu manter a estabilidade em níveis toleráveis graças à confiança na condução da política econômica liderada por Pedro Malan, tendo Gustavo Franco na presidência do Banco Central.

Dessa forma, a estabilidade baseada na âncora cambial permitiu que o País conseguisse resistir, aos trancos a barrancos, a três grandes crises ocorridas no contexto internacional: a do México, em 1994; a da Ásia, ao longo de 1997; e a da Rússia, em meados de 1998.

Quando, porém, o Brasil foi a bola da vez, não foi possível a manutenção de Gustavo Franco à frente do Banco Central. Desfez-se a trinca Cardoso-Malan-Franco responsável pela condução da economia brasileira praticamente desde o início do governo de FHC. Depois de uma passagem meteórica de Francisco Lopes pela presidência do Banco Central, o governo convidou Armínio Fraga para assumir o posto.

Armínio Fraga assumiu a presidência do Banco Central em março de 1999 e imediatamente elevou a taxa básica de juros às alturas para pôr fim à desconfiança de que a estabilidade chegara ao fim e sinalizar para o mercado financeiro internacional, no qual gozava de razoável prestígio, de que a economia brasileira continuaria tendo taxas civilizadas de inflação.

A seguir, Armínio Fraga foi o principal artífice do tripé macroeconômico, que foi a base da política econômica até o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso. O referido tripé foi apresentado à nação em entrevista de Armínio Fraga ao programa Roda Viva, em 14 de junho de 1999, com as seguintes palavras:

"O que se tem hoje é uma mudança que dá à taxa de câmbio uma função diferente da função que ela tinha antes. Antes o Governo dizia para a taxa de câmbio: 'Você toma conta da inflação' e dizia para a taxa de juros: 'Você toma conta do balanço de pagamentos', que é um regime de taxa de câmbio fixa. Hoje nós estamos escalando o time de forma diferente. Nós estamos dizendo para taxa de câmbio: 'você toma conta do balanço de pagamentos' e para taxa de juros: 'você toma conta da inflação'. Agora, nada disso funciona sem uma boa política fiscal."

12 espaço 13 democrático

Começava então a construção do tripé macroeconômico constituído, na política monetária, pelo regime de metas de inflação (*inflation target*), na política cambial, pelo regime de câmbio flutuante e, na política fiscal, pelo estabelecimento de uma meta que buscava controlar os gastos públicos nas três esferas da administração. O objetivo da meta fiscal é obrigar o Executivo a atingir o superávit primário, ou seja, garantir que a arrecadação do governo seja maior do que o gasto público em um ano. Para atingir o objetivo da política fiscal foi fundamental a aprovação, em 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse tripé macroeconômico, mantido até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso, é considerado pela esmagadora maioria dos analistas elemento fundamental para a preservação da inflação em patamares muito inferiores aos observados antes da implementação do Plano Real, situação aprovada pela população brasileira que, desde então, não admite sequer a hipótese de voltar a viver num país marcado pelo descontrole inflacionário e suas terríveis consequências.

4.2. A continuidade no primeiro governo do presidente Lula

Na eleição de 2002, Luiz Inacio Lula da Silva elegeuse presidente, derrotando o candidato José Serra, que era apoiado por Fernando Henrique Cardoso.

Durante os meses finais da campanha e no período que separa a eleição da posse do novo presidente houve acentuada agitação no mercado, com elevação do valor do dólar e queda no preço das ações negociadas na Bolsa de Valores. Apesar de Lula ter tentado acalmar o mercado com a publicação da Carta ao Povo Brasileiro, divulgada em junho de 2002, assegurando que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o Partido dos Trabalhadores, respeitaria os contratos nacionais e internacionais, era nítida a preocupação de parte da população que temia o radicalismo do novo governo.

Depois de uma memorável transição, com as equipes de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inacio Lula da Silva colaborando mutuamente na troca de informações sobre diferentes aspectos da realidade do País, o que se viu na primeira fase do novo governo foi uma surpreendente continuidade da espinha dorsal da política econômica, agora sob a liderança de Antonio Palocci.

Pedro Malan, que esteve à frente do Ministério da Fazenda durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, fez questão de ressaltar em diversos artigos publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* reunidos no livro *Uma certa ideia de Brasil*, o importante papel de Antonio Palocci principalmente nos dois anos iniciais do primeiro mandato do presidente Luiz Inacio Lula da Silva. Num artigo de maio de 2005, afirma (2018, p. 116):

... é preciso fazer justiça ao papel do ministro Antonio Palocci na condução da política macroeconômica, resistindo a intenso "fogo amigo" ao longo de mais de dois anos e reafirmando o compromisso com a responsabilidade fiscal, a preservação da inflação sob controle, a política do câmbio flutuante e o respeito a contratos e acordos internacionais. Dado que esse não era o ideário do partido, essa postura foi essencial para a gradual redução das incertezas que marcaram boa parte do ano de 2002 e para o processo de formação de expectativas em 2003 e 2004.

Noutro artigo, em julho de 2014, comentando os diferentes momentos dos mandatos do presidente Lula, observa (2018, p. 397):

Lula 1 beneficiou-se, e muito, como é ou deveria ser sabido, de uma combinação positiva de três ordens de fatores: uma situação internacional extraordinariamente favorável; uma política macroeconômica não petista seguida por Antonio Palocci (ministro da Fazenda) e Henrique Meirelles (presidente do Banco Central); e uma herança não maldita de mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência de administrações anteriores - inclusive de programas na área social que foram mantidos, reagrupados e ampliados. Lula 1 começou a terminar quando saíram do governo simultaneamente, além do ministro Palocci, o vice-ministro Murilo Portugal, seu secretário do Tesouro, Joaquim Levy, e seu secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, entre outros, em marco de 2006.

A trajetória da economia brasileira começou a revelar mudanças sob a gestão de Guido Mantega, que sucedeu Palocci no Ministério da Fazenda, e as preocupações se acentuaram com o escândalo do mensalão, suficiente, para muitos analistas, para minar a pretensão de reeleição do governo do PT⁷.

Lula, porém, conseguiu superar esse obstáculo e reelegeu-se superando o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Em seu segundo mandato, Lula foi beneficiado pelo extraordinário aumento dos preços das commodities e pelo crescimento da economia mundial puxado pela China. Mesmo com a crise deflagrada a partir do sistema hipotecário norte-americano, conhecida por *subprime*, que teve consequências negativas em várias partes do mundo em 2008 e 2009, a economia brasileira continuou sua rota ascendente, embora num ritmo menor e à custa de sensível elevação do gasto público, resultante de uma série de ações do governo com o objetivo de manter o crescimento econômico, o nível do emprego e os ganhos do salário real.

Ao final do segundo mandato de Lula, o equilíbrio fiscal, um dos pilares de sustentação do tripé macroeconômico, estava severamente comprometido.

4.3. A desmontagem do tripé macroeconômico

Eleita nas eleições de 2010 com 56,05%, Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil. Manteve, durante todo o primeiro mandato, Guido Mantega como ministro da Fazenda. Nesse período foi adotada a nova matriz econômica, uma política estatista e desenvolvimentista que ampliou os gastos públicos e expandiu os programas sociais.

Como resultado, entre 2010 e 2014, o Brasil registrou queda no crescimento econômico, redução nas taxas de competitividade mundial e piora na balança comercial, que, em 2012, teve uma queda de 34,75% em relação ao ano anterior.

A somatória desses elementos levou à crise econômica de 2014 e à recessão de 2015/2016 com queda acumulada do produto interno bruto (PIB)

de aproximadamente 7%, nosso pior desempenho histórico, sem que houvesse alguma grave crise internacional ou pandemia para servir de justificativa.

A situação foi agravada pela questão das pedaladas fiscais, que, apesar de não terem sido invenção do governo Dilma, contribuíram para o aumento da situação de crise do País, o que aumentou as tensões dentro do governo. Somou-se a isso o fato de o Tribunal de Contas da União, órgão que fiscaliza os gastos públicos do Governo Federal, ter analisado as contas do primeiro mandato de Dilma e as reprovado. De acordo com o Tribunal, as pedaladas, na prática, eram empréstimos que o governo contraía com as entidades, sem aprovação do Congresso e previsão em lei orçamentária, o que violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal e poderia configurar crime de responsabilidade por parte da presidente da República.

Reeleita em 2014, com diferença por margem ínfima sobre Aécio Neves, Dilma Rousseff começou seu segundo mandato com reduzido capital político. Nos dois anos em que permaneceu no poder até ser afastada em 2 de dezembro de 2015, quando Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, acolheu um pedido de impeachment iniciando sua deposição, Dilma Rousseff deu claros sinais de que a política econômica estava sem rumo, o que fica evidente com e escolha de dois ministros da Fazenda de perfis completamente diferentes: Joaquim Levy, que ocupou o cargo de 1º de janeiro até 18 de dezembro de 2015; e Nelson Barbosa, que ocupou o cargo de 18 de dezembro de 2015 a 16 de maio de 2016.

Assumindo a Presidência da República para o restante do mandato, Michel Temer procurou resgatar a confiança na economia brasileira, escolhendo Henrique Meirelles para ocupar o Ministério da Fazenda. No período em que esteve no poder, Michel Temer adotou medidas de austeridade, como o teto de gastos, e conseguiu aprovar a reforma trabalhista que, há décadas, patinava no Congresso Nacional. O vazamento de uma gravação do empresário Joesley Batista comprometeu seriamente a continuidade do

⁷ Mensalão foi um escândalo de compra de votos que estourou em 6 de junho de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson declarou no jornal *Folha de S. Paulo* que o Partido dos Trabalhadores (PT) pagou a vários deputados 30 mil reais por mês para votar pela aprovação de projetos de interesse do partido na Câmara dos Deputados, num esquema que tinha como mentor o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Os fundos supostamente vieram dos orçamentos de publicidade das empresas estatais, canalizados por meio de uma agência de publicidade de propriedade de Marcos Valério.

governo de Michel Temer, que se recusou a renunciar e só permaneceu na presidência em razão de suas amplas ligações com parlamentares que garantiram a ele o apoio necessário para chegar ao fim do mandato.

No governo de lair Bolsonaro, vitorioso nas eleicões de 2018, a política econômica foi comandada por Paulo Guedes, que, ao contrário do presidente da República, possuía sólida formação econômica e firme convicção liberal. Com isso, conseguiu levar a economia brasileira a bom termo, apesar das trapalhadas do presidente Bolsonaro e de ter enfrentado a pandemia da covid 19, que obrigou o governo a injetar recursos consideráveis na economia a fim de reduzir o brutal impacto decorrente da reducão do nível de atividade provocado pela necessidade de confinamento de parcela considerável da população. Chegando ao fim do mandato com crescimento positivo, ainda que pífio, e inflação sob controle, não foi em consequência da economia que Jair Bolsonaro não conseguiu se reeleger, perdendo para Luiz Inacio Lula da Silva nas eleições de 2022.

Pinceladas finais

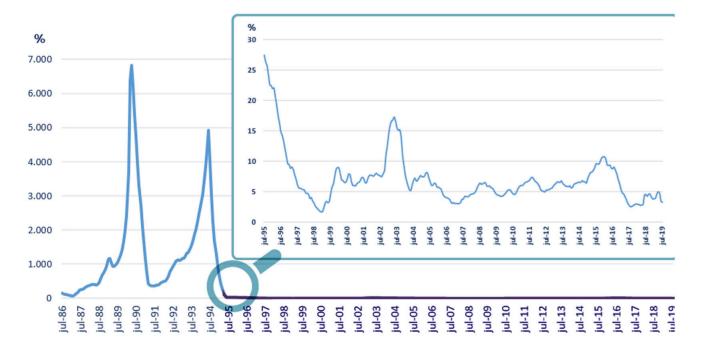
Ivan Lins, um dos grandes nomes da música popular brasileira, inicia uma das suas canções de maior sucesso com os seguintes versos:

No novo tempo Apesar dos castigos Estamos crescidos Estamos atentos Estamos mais vivos

Aqueles que viveram - como eu - as realidades de antes e de depois do Plano Real devem concordar que passamos a viver num novo tempo, no qual, apesar dos problemas, dos desafios e das dificuldades que surgem recorrentemente, estamos longe da loucura que caracterizava aqueles anos loucos com inflação anual de três ou quatro dígitos e suas nefastas consequências.

A diferença desses períodos - o velho e o novo tempo - fica evidente no gráfico 3, no qual é possível comparar a realidade da nossa inflação pré e pós Plano Real.

Gráfico 3 - Inflação anual no Brasil (IPCA)



Fonte: IBGE

Entre as nefastas consequências das taxas de inflação do velho tempo, cabe destaque especial para as constantes trocas de moeda. A tabela 3 retrata bem esse fenômeno que se agravou entre 1986 e 1994, período em que os brasileiros testemunharam uma sequência nada invejável constituída por seis alterações de moeda.

Tabela 3 - Histórico de alterações de moeda no Brasil (1970-2024)

Símbolo	Período	Governo
Cr\$	15/05/1970 a 27/02/1986	Médici/Geisel/Figueiredo
Cz\$	28/02/1986 a 15/01/1989	Sarney
NCz\$	16/01/1989 a 15/03/1990	Sarney
Cr\$	16/03/1990 a 31/07/1993	Collor/Itamar
CR\$	01/08/1993 a 30/06/1994	Itamar
R\$	01/07/1994 até hoje	Itamar/FHC/Lula/Dilma/Temer/Bolsonaro/Lula
	Cr\$ Cz\$ NCz\$ Cr\$ Cr\$	Cr\$ 15/05/1970 a 27/02/1986 Cz\$ 28/02/1986 a 15/01/1989 NCz\$ 16/01/1989 a 15/03/1990 Cr\$ 16/03/1990 a 31/07/1993 CR\$ 01/08/1993 a 30/06/1994

Fonte: BCB - Elaboração do autor.

Quem nasceu - ou passou a ter noção das coisas - no novo tempo só conhece uma moeda, o real⁸, que está completando 30 anos em 2024.

Vida longa ao real!

⁸ Desde que passou a circular, em 1º de julho de 1994, o real desempenha plenamente o papel que corresponde a uma moeda com suas três funções clássicas: instrumento de troca, instrumento de reserva de valor e instrumento de medida de valor (ou unidade de conta).

Referências

CALDEIRA, Jorge. História da riqueza no Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FIUZA, Guilherme. 3.000 dias no bunker. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. Ética e inflação. Em O Estado de S. Paulo, 14 de julho de 1992, p. 2.

FRANCO, Gustavo H. B. Plano Real - e outros ensaios. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013). Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

INSTITUTO LIBERAL. O quinquênio dos "pacotes". in Notas: avaliação de projetos de lei. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993, pp. 31-40.

MACHADO, Luiz Alberto. Brasil e África do Sul: Algumas analogias e diferencas. *Ideias Liberais*, Ano III, nº 43. São Paulo: Instituto Liberal, 1996.

MALAN, Pedro. Uma certa ideia de Brasil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. Versão revista de trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado em São Paulo (USP), de 7 a 10.9.93 Disponível em file:///C:/Users/Machado/Downloads/dkupfer,+REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf. Acesso em 9 de fevereiro de 2024.

PRADO, Maria Clara R. M. do. A real história do Real. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_ A real história do Plano Real: uma moeda cunhada no consenso democrático. E-book: e-galáxia, 2020.

RICUPERO, Rubens, O Brasil e o dilema da alobalização. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TROSTER, Roberto Luis; SOLIMEO, Marcel (editores), Plano Real - Pára ou Continua? São Paulo: Makron Books, 1997.

Plano Real - Acabou? São Paulo: Makron Books, 1999.

VISCONTI, Bruno Campos. As âncoras nominais do Plano Real (1994-1998). Monografia de bacharelado apresentada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de laneiro (UFRI), em dezembro de 2011, sob orientação do professor Eduardo Figueiredo Bastian. Disponível em https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2122/1/ BCVisconti.pdf. Acesso em 20 de março de 2024.

WEFFORT, Francisco. Qual democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Referência cinematográfica

Título: Real - O Plano por trás da história

Direção: Rodrigo Bittencourt Roteiro: Mikael de Albuquerque Gênero: Drama / História Nacional

Elenco: Emilio Orciollo Netto (Gustavo Franco), Norival Rizzo (Fernando Henrique Cardoso), Fernando Eiras (Winston Fritsch), Carlos Meceni (Clóvis Carvalho), Cássia Kis (Valéria), Benvindo Sigueira (Itamar Franco), Tato Gabus Mendes (Pedro Malan), Mariana Lima (Denise), Gui-Iherme Weber (Pérsio Arida), Giulio Lopes (Edmar Bacha), Paola Oliveira (Renata), Ricardo Kosovski (Rubens Ricupero), Arthur Khol (José Serra), Juliano Cazarré (Gonçalves), Anamaria Barreto (Ruth Cardoso)

Duração: 96 minutos

Ano: 2017

Referência musical

Novo Tempo - Letra e música de Ivan Lins. Disponível em https://www.vagalume.com.br/ivan-lins/novo-tempo.html.



Presidente Alfredo Cotait Neto

Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo

Coordenador Nacional de Relacões Institucionais Vilmar Rocha

Secretária Ivani Boscolo

Diretor Superintendente Ioão Francisco Aprá

Conselho Consultivo

Presidente **Guilherme Afif Domingos**

Conselheiros

Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah

Conselho Superior de Orientação

Presidente Gilberto Kassab

Conselheiros **Antonio Brito** Carlos Massa Ratinho Junior **Eduardo Braide** Eduardo Paes

Fuad Noman Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Rodrigo Pacheco Samuel Hanan Topazio Silveira Neto

DOCUMENTOS - Coleção 2024 - PLANO REAL: 30 ANOS

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: EspacoDemocraticoPSD Twitter: @espdemocratico

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum com Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br